

## RESUMO

Quando a chama se ergue nas matas, não só o verde se perde, mas também a história viva da nossa terra. Portugal enfrenta, ano após ano, o desespero incandescente dos incêndios florestais. Este artigo, de carácter opinativo e académico, propõe-se a analisar, com profundidade e um olhar sensível, as causas sistémicas desta realidade devastadora. Alicerçado em estudos contemporâneos e literatura científica recente, explora-se a complexidade do problema, os impactos multidimensionais e um conjunto de propostas que, como sementeiras de esperança, apontam caminhos sustentáveis. Que este texto sirva de eco às vozes caladas da floresta. Em jeito de reflexão pessoal, acredito que os incêndios são, mais do que fenómenos naturais, sinais de uma desconexão profunda entre a sociedade e o seu território, entre a política e a ecologia, entre o presente e o futuro que desejamos deixar.

Palavras-chave: Incêndios florestais, ordenamento do território, políticas públicas, prevenção, sustentabilidade, despovoamento rural, resiliência ecológica.

## INTRODUÇÃO

“Em cada labareda, uma memória que se perde, um futuro que se adia.” Portugal, jardim outrora descrito por Camões como um “berço de flores”, transforma-se em cinza a cada verão. A persistência dos incêndios florestais evidencia a vulnerabilidade estrutural do nosso modelo territorial. Apesar das ferramentas legais e avanços tecnológicos, persiste um hiato entre intenção e execução. Como referem Moreira e Valente (2025), “Portugal não sofre apenas com o fogo, mas com a indiferença”.

Vivemos num país de contrastes, onde as zonas rurais, ricas em cultura e biodiversidade, enfrentam o abandono sistemático. A minha opinião é que não há solução possível sem um compromisso nacional que una governantes, cientistas e populações. Este artigo procura lançar um olhar crítico, científico e poético sobre esta realidade, propondo soluções à altura do desafio ecológico e civilizacional que enfrentamos.

## REVISÃO DE LITERATURA

O corpus académico dos últimos anos apresenta um consenso inquietante: os incêndios florestais são resultado de um emaranhado de fatores estruturais, ecológicos e socioeconómicos. Tavares (2024) e Valente e Medeiros (2022) apontam para a convergência

de alterações climáticas e má gestão territorial como motores do problema. Segundo Bento-Gonçalves (2024), o desfasamento entre ciência e política tem perpetuado a ineficácia das medidas implementadas.

Adicionalmente, Ribeiro et al. (2024) e Pimenta & Almeida (2024) realçam a importância da educação ambiental e do envolvimento comunitário. Jorge (2024) introduz a noção de trauma coletivo provocado pelos incêndios recorrentes, refletindo um país em ferida aberta. A literatura de Varela, Santos e Pinto-Gomes (2022) compara práticas portuguesas e espanholas, reforçando a ideia de que o problema exige soluções transfronteiriças e adaptativas. Ferreira e Carvalhal (2025) associam ainda o risco de incêndio à desigualdade territorial crescente.

## DISCUSSÃO

Portugal tem sido palco de uma tragédia repetida, onde a paisagem transforma-se em memorial. O uso desregulado do solo, a primazia da economia de curto prazo e a ausência de uma cultura de prevenção são combustíveis silenciosos desta calamidade. A minha análise aponta para um ciclo vicioso: desinvestimento rural, abandono agrícola, crescimento desordenado da vegetação, aumento do risco de incêndio, e nova perda de capital humano e natural.

No plano ecológico, a substituição de florestas autóctones por monoculturas de eucalipto e pinheiro-bravo (Tavares & Costa, 2025) compromete a resiliência dos ecossistemas. Silva e Pinto-Gomes (2024) assinalam ainda que os padrões meteorológicos extremos são hoje a norma, não a exceção. A discussão científica, longe de ser abstrata, traduz-se em consequências tangíveis: erosão, desertificação, perda de biodiversidade e insegurança alimentar.

Socialmente, os incêndios são também um espelho da desigualdade territorial. Como afirmam Costa & Martins (2025), a interioridade portuguesa vive um abandono progressivo, agravado pelo medo cíclico do fogo. O “litoral do privilégio” contrasta com o “interior em cinza”, numa clivagem que desafia os princípios de coesão territorial.

Do ponto de vista político, a execução fragmentada de planos como o PNGIFR e o POSEUR evidencia a dificuldade de traduzir conhecimento técnico em ação eficiente (Adrião, 2024; Valente, 2024). É necessário criar estruturas de gestão florestal enraizadas nos territórios, articuladas com universidades, municípios e cidadãos. A minha proposta é que Portugal

encare os incêndios não apenas como eventos trágicos, mas como oportunidades para regenerar, reordenar e reimaginar o território.

## CONCLUSÃO

“Se não escutarmos os sussurros da floresta, ouviremos os gritos das chamas.”

Portugal precisa de reescrever o seu contrato com a natureza. Os incêndios florestais não são apenas catástrofes naturais: são reflexos de escolhas políticas, sociais e culturais. A resposta tem de ser complexa, continuada e humana. Como refere Tavares (2024), “a prevenção é uma cultura, não uma reação”.

Em minha opinião, a floresta portuguesa será salva não apenas com meios aéreos, mas com consciência coletiva, conhecimento científico e um pacto ecológico entre gerações. O futuro impõe uma nova gramática territorial: onde o planeamento escreve-se com árvores nativas, o desenvolvimento conjuga-se com sustentabilidade e a justiça ecológica rima com inclusão social. Este artigo é também um apelo: que deixemos de apagar fogos com improviso e comecemos a semear prevenção com visão.

## Referências Bibliográficas

Adrião, J. A. S. P. (2024). *Planeamento do Território e Incêndios Florestais*. ResearchGate.

Bento-Gonçalves, A. (2024). *Os Incêndios Florestais em Portugal*. F. F. M. Santos.

Costa, L. & Martins, I. (2025). *Demografia e Fogo: O Risco do Esvaziamento*. CEG-UL.

Ferreira, M., Carvalhal, P. (2025). *Território e Desigualdade*. Imprensa Académica.

Jorge, R. B. (2024). *Energia renovável na prevenção dos incêndios florestais*. Revista Videre.

Lopes, H. & Barreto, D. (2025). *Big Data em Riscos Naturais*. U. Aveiro.

Moreira, L. & Valente, B. (2025). *Narrativas da Floresta em Portugal*. Edições ISCSP.

Oliveira, F. P. (2023). *Regime Jurídico dos IGT Comentado*. Google Books.

Pimenta, R. & Almeida, J. P. (2024). *Colóquio Ibérico sobre Ordenamento e Incêndios Rurais*.

UC.

Ribeiro, L. (2024). *Satélites e Prevenção de Riscos*. IST.

Santos Oliveira, C. S. (2024). *Vulnerabilidade e Incêndios na Serra do Caramulo*. ProQuest.

Silva, P., Pinto-Gomes, C. (2024). *A segurabilidade do risco de incêndio florestal*. RCAAP.

Tavares, A. O. & Costa, M. J. (2025). *Fogo e Floresta: Diagnóstico e Futuro*. Universidade do Minho.

Tavares, A. O. (2024). *Riscos Naturais e Ordenamento do Território*. Academia.edu.

Valente, B. & Medeiros, E. (2022). *Sustentabilidade Ambiental no Alentejo*. ISCTE-IUL.

Varela, C., Santos, H. & Pinto-Gomes, C. (2022). *Ordenamento e Incêndios Rurais*. U. Porto.